



12º FÓRUM DE EXTENSÃO E CULTURA DA UEM
"A Arte, o Esporte e a Saúde na qualidade de vida"
De 04 a 06 de junho de 2014

12º FÓRUM DE EXTENSÃO E CULTURA DA UEM

A IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA PARA AS FAMÍLIAS BRASILEIRAS

Caroline Simionato¹
Eduardo Luis Couto²

O presente artigo traz à discussão da importância do tripé pesquisa, ensino e extensão, focando no projeto de extensão como troca dialética entre o estudante e a comunidade, além de explicitar sobre a importância do projeto "Apoio a Gestão Municipal da Assistência Social" na prefeitura de Presidente Prudente e na formação acadêmica do estudante de Serviço Social. Através deste artigo buscou-se expor brevemente o contexto da Política de Assistência Social, dos programas de transferência de renda e suas aplicabilidades no município de Presidente Prudente com embasamento teórico-crítico, se desvinculando dos pensamentos do senso comum quanto às problemáticas que os programas de transferência de renda perpassam.

Palavras-chave: Serviço Social, Extensão, Teórico-crítico.

Área temática: Direitos Humanos e Justiça.

Coordenador(a) do projeto: Eduardo Luis Couto, eduardocouto@unitoledo.br
Coordenador do Projeto de Extensão "Apoio a Gestão Municipal da Assistência Social"

Introdução

A Política Nacional de Assistência Social - PNAS é uma política que funciona articulada a outras políticas setoriais e que tem como objetivo a unificação de programas que atendam a população, respeitando as diferenças regionais e buscando efetivar a descentralização política-administrativa no país.

A PNAS visa à universalização dos direitos aos cidadãos, e tem como principais atores sociais as pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade social, pessoas/grupos discriminados por etnia e/ou classe social, idosos, deficientes físicos, e principalmente a família.

De acordo com o PNAS, a família é um grupo ligado por vínculos biológicos e/ou afetivos, cujo trabalho deve objetivar o fortalecimento desses vínculos através da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial.

¹ Discente do 1º ano do curso de Serviço Social das Faculdades Integradas "Antônio Eufrásio de Toledo" de Presidente Prudente. carol-simionato@hotmail.com Bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

² Docente do curso de Serviço Social das Faculdades Integradas "Antônio Eufrásio de Toledo" de Presidente Prudente. Mestre em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina (2012) eduardocouto@unitoledo.br.



A Proteção Social Básica tem como serviço o Programa de Atendimento Integral à Família (PAIF), e assim como prevista pela Política Nacional de Assistência Social tem como foco o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. O PAIF é desenvolvido pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especial da Assistência Social e entidades sócioassistenciais devidamente cadastradas, e tem grande importância para o atendimento a famílias de todo o país.

O Programa de Transferência de Renda – Bolsa Família teve grande importância e impacto social na vida de muitas famílias brasileiras, já que o mesmo busca efetivar direitos sociais básicos, assim como previsto pela PNAS.

O Programa Bolsa Família busca romper com a cultura do clientelismo e coronelismo no Brasil, já que só será beneficiário quem estiver dentro dos critérios estipulados pelo Governo Federal, afastando o poder de barganha dos políticos regionais.

Ainda é preciso reconhecer as diversas problemáticas que envolvem o Programa Bolsa Família, porém, estas não eliminam a importância do mesmo. É com este escopo que estudantes de serviço social e assistentes sociais podem articular forças na reivindicação e luta para que o mesmo cumpra com as suas proposições no sentido de fortalecimento da população usuária e por consequência da sociedade de forma mais geral, reivindicar e lutar (através de ações cotidianas, de forma micro e macro) por um programa que cumpra com as expectativas esperadas por nós e toda a sociedade.

Materiais e Métodos

Os materiais utilizados no projeto de extensão “Apoio a Gestão Municipal da Assistência Social”, são os instrumentais disponibilizados pelo Governo Federal e estão vinculados Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único). O primeiro material que utilizamos para darmos início ao atendimento são as agendas, onde agendamos um horário para o usuário que irá fazer o cadastro. Com a data pré-definida junto ao usuário do serviço, utilizamos o caderno recebido do Governo Federal para realização da metodologia usada, que é a entrevista, onde o preenchimento do caderno é feito manualmente. Posteriormente utilizamos as ferramentas online também disponibilizadas pelo Governo Federal, onde passamos as respostas das entrevistas que estão no caderno para o sistema online. Como dito, a metodologia utilizada neste projeto de extensão é a entrevista, onde a mesma acontece de forma auto declaratória. De acordo com o site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, “o Governo Federal, por meio de um sistema informatizado, consolida os dados coletados no Cadastro Único. A partir daí, o poder público pode formular e implementar políticas específicas, que contribuem para a redução das vulnerabilidades sociais a que essas famílias estão expostas.”

Discussão de Resultados

A discussão de resultados é realizada mensalmente com todas as extensionistas e o coordenador do projeto de extensão, onde é possível verificar inquietações quanto



às problemáticas envolvidas no processo, e ao mesmo tempo é possível fortalecer respostas plausíveis através de pesquisa e embasamento teórico-crítico.

Através da participação desse projeto de extensão, foi possível verificar que as situações de vulnerabilidades se fazem presente em diversos territórios – bairros - do município de Presidente Prudente, e que o projeto contribui no sentido de quantificar essa realidade, além de favorecer o atendimento e o andamento da entrevista com a formação adquirida em sala de aula. Além deste principal resultado, é possível verificar uma maior apreensão das questões sociais e culturais que envolvem as diversas perguntas do cadastro, nos incentivando a realização de diversas pesquisas na área da assistência social, política social e sociologia.

Conclusões

Através desse artigo, concluímos que a participação no Projeto de Extensão “Apoio a Gestão Municipal da Assistência Social” traz diversas contribuições para a formação acadêmica do estudando de Serviço Social, já que é possível visualizar a dialética teoria e prática contribuindo com a comunidade, com um atendimento de qualidade e acolhida.

Referências

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cadastro Único**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>> Acesso em: 20 de maio de 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Lei Nº 8.742, De 7 de Dezembro de 1993. Brasília, DF: Senado, 1993.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Lei aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004.